

VIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 33.041.260/0652-90

NIRE 35.300.394.925

FATO RELEVANTE

I. Atualização da Provisão para Demandas Judiciais Trabalhistas

II. Reconhecimento de Novos Créditos Tributários

III. Monetização de Créditos Tributários

São Paulo, 10 de novembro de 2021. A **VIA S.A.** ("Companhia") (B3: VIIA3), em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral o quanto segue:

[As informações contidas neste Fato Relevante estão detalhadas na apresentação anexa (Anexo I) e vídeo explicativo que pode ser acessado mediante utilização do QR Code abaixo]

CAPÍTULO I

Atualização da Provisão para Demandas Judiciais Trabalhistas

1.1. A Companhia monitora permanentemente a adequação de sua provisão para demandas judiciais trabalhistas face aos pagamentos efetuados. No ano de 2021, diante da evolução do estágio processual de sua carteira de reclamações trabalhistas legada e de novos processos, foram identificados eventos que impactam de forma significativa a melhor estimativa da Companhia quanto ao risco de seu contencioso trabalhista e que

geraram um aumento relevante na expectativa de desembolso de valores nas ações, dentre eles:

- (i) Aumento de aproximadamente 32% no valor do “ticket médio” para os casos sentenciados em 2021 em comparação ao mesmo período dos últimos dois anos (2020 e 2019), decorrente, principalmente, da maior quantidade de condenações relativas às mudanças estruturais efetuadas pela Companhia desde 2011;
- (ii) Aumento no volume de novas reclamações trabalhistas ocorridas no primeiro semestre de 2021, em montante 82% superior em relação ao mesmo período do ano anterior. Observou-se ainda, um maior volume de judicialização em relação ao *turn-over* natural efetuado pela Companhia e elevação da curva de velocidade de acionamento, que agora aponta para um prazo médio de 9 (nove) meses após o encerramento do vínculo de trabalho, o que antes ocorria em média em 22 (vinte e dois) meses. Isso teve como consequência direta a não redução do estoque de processos pela primeira vez nos últimos 5 (cinco), em que pese tenha-se mantido a média de encerramento de casos no período.

1.2. Em relação ao item (ii) acima, isso se deve principalmente à atuação de profissionais especializados em captar causas trabalhistas, que tem como prática incentivar colaboradores ativos e ex-colaboradores a demandarem contra a Companhia, com promessas de ganhos e até adiantamento de valores. Além disso, o cenário de deterioração econômica, reflexo da pandemia da COVID-19, tende a impactar diretamente na decisão de ingresso de novas reclamações.

1.3. Por tais razões, com apoio de consultores especializados, a Administração da Companhia decidiu revisar a sua atual política de provisionamento para demandas judiciais trabalhistas, conforme Nota Explicativa (nº 17) inserida nas Informações Financeiras Trimestrais da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2021 e divulgadas ao mercado nesta data.

1.4. Anteriormente, a provisão para demandas judiciais trabalhistas para casos com pleitos similares era calculada com base em metodologia que considerava as perdas efetivas históricas aplicadas à totalidade dos processos ativos por cargos (“ticket médio”), bem como na avaliação individual de risco para determinados processos com características singulares. A partir de setembro de 2021, houve aprimoramento desta metodologia para os casos com pleitos similares com: (i) a inclusão de novas variáveis para cálculo das fases de “conhecimento” e “recursal” e, (ii) estimativa do risco da fase de “execução” com base em sua avaliação individual.

1.5. Como consequência, a Companhia atualizou o montante da referida provisão em R\$ 1,2 bilhão. O impacto em resultado no terceiro trimestre do ano, deduzidos os valores reembolsáveis e líquido de IR e CSLL é de R\$ 810 milhões.

1.6. Além da atualização do provisionamento descrita no item 1.3 acima, em conjunto com a consultoria especializada a Companhia desenvolveu um plano de ação detalhado, já em curso, e que tem como pilares melhorias operacionais, sistêmicas e jurídicas detalhadas na apresentação anexa a este Fato Relevante (Anexo I).

CAPÍTULO II

Reconhecimento de Novos Créditos Tributários

2.1. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de mérito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de considerar “... *inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário*”. Segundo a decisão a Selic constitui mera indenização pelo atraso no pagamento da dívida e não representa acréscimo patrimonial, que é o fato gerador para a tributação do IRPJ e da CSLL.

2.2. Com base na decisão supramencionada, a Companhia reconheceu créditos tributários no montante de R\$ 254 milhões de reais, conforme Nota Explicativa nº 16 A (ii), das Informações Financeiras Trimestrais divulgadas nesta data (3ºITR).

CAPÍTULO III

Monetização de Créditos Tributários, Impactos de Caixa e Resultado

3.1. Além dos novos créditos tributários, a Companhia possui créditos tributários no valor atual de R\$ 9,5 bilhões, devidamente informados em suas informações financeiras divulgadas ao mercado. A Administração vem atuando fortemente na monetização de tais créditos, com expectativa de continuar a fazer uso de maneira consistente, nos termos das Notas Explicativas de nºs 8B e 16.

3.2. Adicionalmente, parte relevante da carteira de reclamações judiciais trabalhistas da Companhia refere-se a ativo indenizatório, ou seja, que são passíveis de indenização em função de compromissos contratuais assumidos por antigos acionistas, com garantias que sustentam o futuro reembolso dos valores.

3.3. Nesse sentido, a Administração avalia que, não obstante a atualização de sua provisão para demandas judiciais trabalhistas, não é esperado um efeito relevante e adverso no fluxo de caixa decorrente de sua operação, considerando sua estratégia consistente de monetização dos créditos fiscais de PIS/COFINS e ICMS e reembolso de valores decorrentes de ativo indenizatório.

3.4. Assim, levando em conta as melhores estimativas da Companhia, os impactos estimados nos resultados são de R\$ 0,1- R\$ 0,2 bilhão no 4º trimestre de 2021, R\$ 0,9 – R\$ 1,0 bilhão em 2022, R\$ 0,5 – R\$ 0,6 bilhão em 2023 atingindo ao final deste exercício patamares de mercado.

3.5. Apenas para melhor elucidar, a estimativa da Companhia para o exercício de 2022 é que cada R\$1,00 desembolsado com demandas judiciais trabalhistas seja

compensado na mesma proporção (R\$1,00) pela monetização de créditos tributários no período. Tal estimativa, observadas as premissas atuais, indicam que com a implementação do plano de ação adequado e demais medidas que vem sendo adotadas pela Companhia, bem como em razão do encerramento dos processos mais antigos, a proporção esperada para os anos seguintes é de R\$3,50 monetizados para cada R\$1,00 gasto com demandas judiciais trabalhistas.

3.6. Considerando os saldos de saída de caixa projetados para fazer frente aos pagamentos trabalhistas, de um lado e, os saldos de monetização de créditos fiscais, de outro lado, até o final do exercício de 2026, estimamos que o Valor Presente Líquido (“VPL”) de tais fluxos, para a Companhia é de R\$3,6 bilhões, sendo este o ponto médio de um *range* assumindo 10% de variações em ambas as projeções, a maior ou a menor, ou seja, entre R\$2,5 bilhões a R\$4,9 bilhões.

As estimativas de impacto nos resultados e aproveitamento dos créditos fiscais estão baseadas, além de outras, nas seguintes premissas:

- a. realização monetária de créditos tributários de R\$ 9,5 bilhões, de acordo com plano de monetização da Companhia (NE.s nºs 8 e 16);
- b. WACC de 10,77% (base: outubro de 2021).

CONCLUSÃO

Administração da Companhia ressalta que o evento descrito no Capítulo I deste Fato Relevante não impacta de maneira adversa relevante sua condição financeira e operacional ou sua capacidade de honrar compromissos atuais ou futuros.

Por fim, em linha com seu compromisso de transparência absoluta com o mercado, e de forma a apresentar maior detalhamento acerca do assunto, a Companhia preparou um material complementar (Anexo I), e um vídeo explicativo, que pode ser acessado por meio do QR code abaixo, visando auxiliar na compreensão dos eventos ocorridos e estratégia definida pela Companhia, sem prejuízo de prestar outras informações futuras que possam se fazer necessárias.

As informações contidas neste Fato Relevante estão detalhadas na apresentação anexa (Anexo I) e vídeo explicativo que pode ser acessado mediante utilização do QR Code abaixo



As estimativas de impacto no fluxo de caixa decorrente do desembolso de valores em demandas judiciais trabalhistas levam em consideração as informações detidas pela Companhia nesta data, bem como o ritmo de aproveitamento e monetização de créditos tributários, e são válidas até sua efetiva concretização ou até a realização de novas análises e/ou revisões pela Administração e/ou Conselho de Administração da Companhia que identifiquem valores diversos para as projeções apresentadas em decorrência de alterações nas premissas utilizadas, observado que a revisão será, no mínimo, anual. No mais, a Companhia informa que os indicadores ora apresentados representam estimativas da administração da Companhia, sempre sujeitos a riscos e incertezas e de forma alguma constituem promessa de desempenho. Em caso de alteração relevante nestes fatores, os indicadores serão revisados. As informações sobre os indicadores são baseadas nas expectativas atuais da administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas dependem das condições do mercado e do cenário econômico brasileiro e dos países em que operamos e dos setores em que atuamos. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas. Em função do acima exposto, a seção 11 do Formulário de Referência da Companhia será atualizada no prazo estabelecido na Instrução CVM 480, de modo que tal documento atualizado estará disponível para acesso pelo público investidor tanto por meio do site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) como por meio do site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.via.com.br/>). Este Fato Relevante tem caráter

meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser interpretado como recomendação de investimento.

São Paulo, 10 de novembro de 2021.

VIA S.A.

Orivaldo Padilha

Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

FATO RELEVANTE

10.11.2021

Para você,
onde, quando
e como quiser.



Atualização da provisão para **Demandas Judiciais**

Para você,
onde, quando
e como quiser.



I. Contextualização

II. Diagnóstico

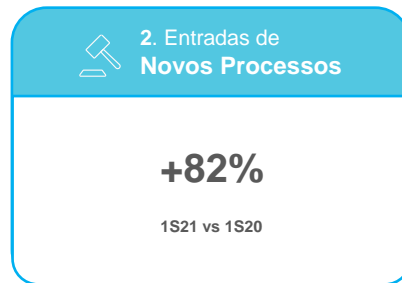
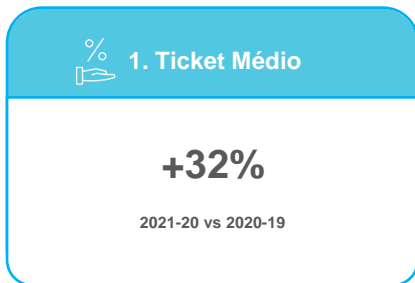
III. Plano de Ação e Perspectiva

IV. Análise de Sensibilidade

Contextualização

A Companhia identificou dois eventos relevantes que impactam a sua melhor expectativa quanto ao gerenciamento do seu risco contencioso trabalhista:

- (1) ***aumento do ticket médio e***
- (2) ***aceleração no ritmo de entrada de novos processos.***

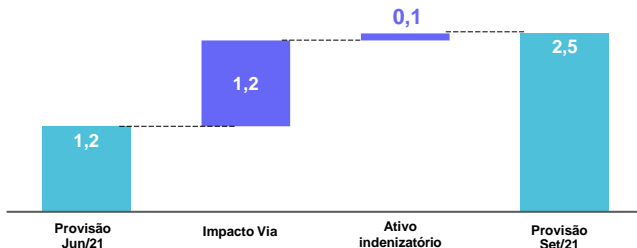


Passivo Trabalhista | Visão impacto financeiro



Movimentação da Provisão no 3T21

Consolidado (Em R\$ Bilhões)



1

Entradas

- Aumento da velocidade de acionamento em 2021 em relação a 2019-20 (de 22 meses para 9 meses);
- Aumento da atividade de profissionais especializados na captação de demandas trabalhistas (50% dos novos processos de 2021 / + 5 mil processos);

2

Aumento do ticket médio

- Mudança do perfil das condenações: processos mais caros, mais antigos e de cargos com valores mais elevados.
- Efeito remanescente de demissões estruturantes (+ antigos e + caros).

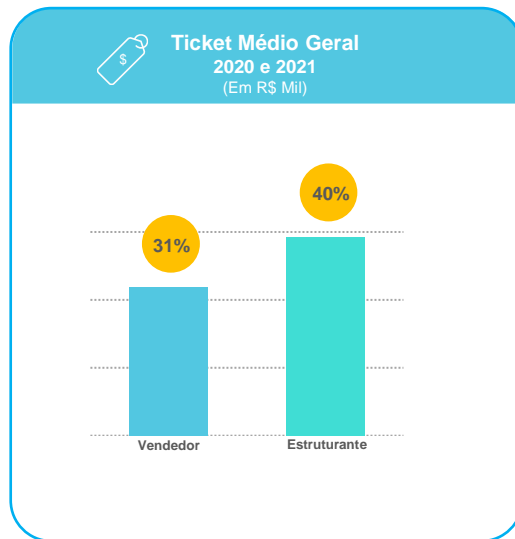
3

Ajustes no modelo de provisionamento

- Para refletir a mudança de perfil da carteira e capturar as variações do ticket médio aprimoramos o modelo de provisionamento incluindo novas variáveis na modelagem, tais como: por estado, por tempo de vínculo, pro prazo (*aging* do processo), etc...

Mudança do perfil das condenações

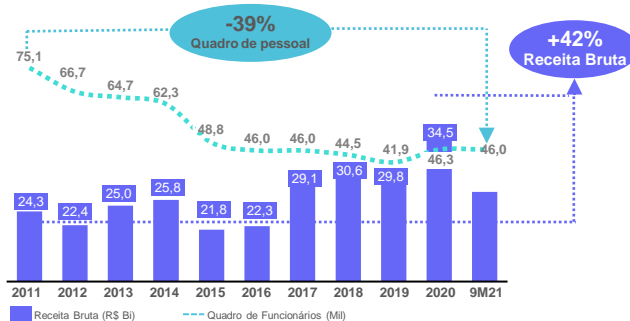
Em 2021, observamos um desvio entre o valor dos pagamentos (efeito caixa) e provisionamento (resultado).



Impacto entradas | Histórico

A Via tem adotado ações desde 2011 visando melhoria de rentabilidade incluindo redução de 39% do seu quadro de pessoal. No mesmo período apresentamos um crescimento de 42% da receita bruta. Essas demissões impactaram fortemente as entradas de reclamações trabalhistas, principalmente nos anos de 2016 e 2017.

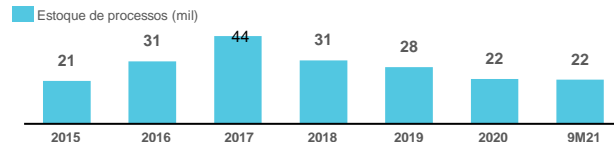
Comparativo da evolução da Receita Bruta e do quadro de funcionários



- Demissões estruturantes: ~45 mil
- Turnover natural do período: ~145 mil
- Total de saídas incluindo turnover = 190 mil

Desempenho do estoque de processos trabalhistas 2015-9M21*

Primeira vez que o estoque não mostrou redução em 5 anos



- Nos primeiros 5 anos da Via (2010-15), a estratégia processual tinha como regra basicamente administrar a responsabilidade de cada processo entre os antigos sócios, o que resultou em uma gestão processual pouco eficiente, alongando o tempo de vida e custo dos processos.
- A título de esclarecimento o tempo médio de tramitação de um processo é de 3 a 4 anos. Entretanto, há ainda no estoque da Companhia, processos com tempo médio de 5 a 6 anos, fruto das demissões estruturais e com custo muito mais alto (+ velhos + caros com muito tempo no justiça);
- Embora parte desses processos já tenham sido encerrados, a Companhia ainda tem um passado a ser resolvido, com casos nos Tribunais Superiores, e que custam 32% a mais em comparação a 2019 e 2020.
- Outros fatores em 2021:
 - Aumento da velocidade da curva de acionamento em 2021;
 - Maior participação de aliciadores (50% da entrada);
 - Fatores externos: pandemia e cenário econômico....

* 2021 Período anualizado: Janeiro a Setembro. * A Companhia não possui dados de estoque anterior a 2014, pois a Companhia estava sob outro controlador

Diagnóstico e Plano de ação

Foi contratada consultoria especializada que realizou um completo diagnóstico e elaborou um plano de ação que já está em execução

DADOS E VOLUMETRIAS

Por meio de análises realizadas nas bases judiciais foi possível identificar:

1. os principais agressores operacionais históricos e
2. deficiências na gestão processual;

ENTENDIMENTO INICIAIS + VISITAS

Leituras amostrais de iniciais e realização de visitas in loco permitiu a identificação e entendimento detalhado das potenciais fragilidades/ gaps operacionais atuais;

DESENHO DO PLANO DE AÇÃO

Foram priorizadas frentes de trabalho responsáveis pela construção e implementação das soluções:

1. Eliminar fragilidades/ gaps operacionais atuais;
2. Melhoria da gestão;
3. Definição de nova política contábil para melhor estimativa de risco;



Concluído em
4 meses

- **Aprimoramento da estrutura e forma de condução dos processos** pela Companhia
- **Estruturação de Comitê** para acompanhamento dos casos trabalhistas vs plano de ação e com atuação semanal. Participação do CEO, CFO, COO e CHRO + Diretor jurídico no comitê.
- **Reforço de Governança Corporativa**

Plano de ação



Plano de Ação

1. Eliminar fragilidades/ gaps operacionais atuais;

- Todas já mapeadas;
- Todas soluções ate 4T21;

2. Aprimoramento no processo da gestão de demandas processuais:

- Reforço na estrutura e time jurídico;
- Aumento da capacidade de defesa (especialização dos times de defesa; elaboração de teses mais eficientes; contratação de novos escritórios externos; aumentar capacidade de defesa e agir contra aliciadores (revisão da esteira especializada); etc
- Novas tecnologias;
- Aprimorar a estratégia de acordo (quando vantajoso);

3. Definição de nova política contábil para melhor estimativa de risco;

Nova política contábil para melhor estimativa de risco

Novo modelo de provisionamento | modelagem híbrida

Outra medida importante para melhorar a gestão do passivo trabalhista daqui em diante foi o aprimoramento do modelo de provisionamento, agregando mais variáveis para refletir a mudança de perfil da carteira e capturar as variações do ticket médio das condenações.



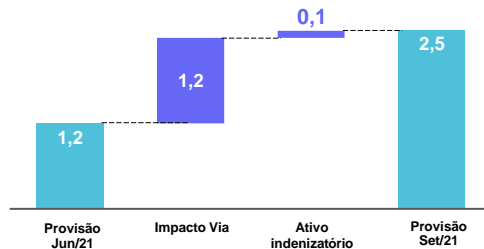
Premissas do Novo Modelo

- A partir de setembro de 2021, a metodologia de provisionamento foi aprimorada em função do diagnóstico realizado por consultoria especializada.
- Foram identificadas oportunidades de melhorias operacionais, sistêmicas e jurídicas que embasaram um plano de ação detalhado e já em curso.



Impacto do Novo Modelo

(R\$ Bi)



Projeção Impacto Caixa e Resultado*



Perspectiva

1. Parte desses processos já foi liquidada, mas a Companhia ainda tem um passado a ser resolvido. Há muitos casos nos Tribunais Superiores que custam 32% a mais em comparação a 2019 e 2020.
2. Abaixo fornecemos nossa estimativa de intervalo de impacto caixa e resultado para o 4T21 e próximos anos

R\$ Bi	4T21	2022	2023	2024...
Caixa	0,3 – 0,4	1,5 – 2,0	0,6 – 0,7	0,3 – 0,4
Resultado	0,1 – 0,2	0,9 – 1,0	0,5 – 0,6	0,3 – 0,4

*Essas projeções devem ser analisadas em conjunto com Fato Relevante divulgado nesta data

Atualização de **Crédito de IR e CS sobre Selic**

Para você,
onde, quando
e como quiser.



Crédito de IR e CS sobre Selic

Com base em decisão recente do STJ e, também por orientação contábil do Ibracon, a Companhia reconheceu créditos tributários de IR/ CS sobre lucro tributáveis no montante líquido de R\$ 254 milhões, conforme Nota Explicativa nº 16 A (ii), das Informações Financeiras Trimestrais divulgadas em 10/11/2021 (ITR 3T21).

Atualização Monetização de créditos fiscais

Para você,
onde, quando
e como quiser.



Créditos fiscais e monetização:

Créditos Fiscais

- A Companhia possui créditos tributários no valor atual de R\$ 9,5 bilhões [Notas Explicativas nºs 8 e 16a]. São créditos acumulados pela operação natural da Via nos últimos 10 anos. Também há valores fruto de várias Ações Judiciais com decisões favoráveis.
- A maior parte desses valores diz respeito ao passado da Via.

Monetização dos Créditos Fiscais

- Há grande complexidade na gestão de valores tão expressivos. Não basta simplesmente haver o direito legal sobre os créditos. Para se tornar passível de monetização (tornar caixa) há que se cumprir uma série de exigências de natureza burocrática tributaria. Esse é um trabalho de base que é feito sistematicamente para tornar os valores disponíveis no menor espaço de tempo possível.
- A Via estruturou inteligência interna para viabilizar a monetização de todos esses créditos:
 - ✓ A principal premissa é o contínuo crescimento das receitas e sua rentabilidade;
 - ✓ Uma das principais ações está relacionada a inteligência logística-tributaria na distribuição de produtos;
 - ✓ Há uma série e outras ações que visam gerar fluxos de compensações legais;
- O plano de monetização dos créditos é acompanhado periodicamente pela Companhia e revisado por seus Auditores;



Cronograma de monetização de créditos fiscais

R\$ Milhões

Períodos	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros (Prev)	IR Diferido	Prej. Fiscal Não Reconhecido	Total
3M 2021	107	126	8	32	149	-	422
2022	482	729	41	107	472	-	1.831
2023	639	896	41	34	313	-	1.923
2024	810	361	40	15	343	-	1.569
2025	846	17	107	-	355	459	1.784
2026	649	-	-	-	1.249	-	1.898
2027	104	-	-	-	-	-	104
Total	3.637	2.129	237	188	2.881	459	9.531

Monetização de Créditos Tributários neutraliza o impacto de caixa com o pagamento das ações trabalhistas .

- Nesses últimos trimestres os valores desembolsados com demandas judiciais trabalhistas são praticamente equivalentes aos valores monetizados de créditos tributários – com uma relação praticamente de 1:1;
- Para 2022 entendemos que essa relação se mantém;
- A partir de 2023 essa relação deverá ficar mais favorável em aproximadamente 1:3,5 sendo que cada R\$1 real gasto com processos trabalhistas deverá ser compensado por R\$ 3,50 reais monetizados de créditos tributários.

Monetização de Créditos Tributários neutraliza o impacto de caixa.

Mapa de calor mostra relação da estimativa de monetização de créditos tributários nos próximos 5 anos vs. desembolsos relacionados a demandas judiciais trabalhistas no mesmo período.

		Despesas trabalhistas																				
		0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%	110%	120%	130%	140%	150%	160%	170%	180%	190%	200%
Monetização	0%																					
	10%	3,52	1,76	1,17	0,88	0,70	0,59	0,50	0,44	0,39	0,35	0,32	0,29	0,27	0,25	0,23	0,22	0,21	0,20	0,19	0,18	
	20%	7,04	3,52	2,35	1,76	1,41	1,17	1,01	0,88	0,78	0,70	0,64	0,59	0,54	0,50	0,47	0,44	0,41	0,39	0,37	0,35	
	30%	10,56	5,28	3,52	2,64	2,11	1,76	1,51	1,32	1,17	1,06	0,96	0,88	0,81	0,75	0,70	0,66	0,62	0,59	0,56	0,53	
	40%	14,08	7,04	4,69	3,52	2,82	2,35	2,01	1,76	1,56	1,41	1,28	1,17	1,08	1,01	0,94	0,88	0,83	0,78	0,74	0,70	
	50%	17,60	8,80	5,87	4,40	3,52	2,93	2,51	2,20	1,96	1,76	1,60	1,47	1,35	1,26	1,17	1,10	1,04	0,98	0,93	0,88	
	60%	21,12	10,56	7,04	5,28	4,22	3,52	3,02	2,64	2,35	2,11	1,92	1,76	1,62	1,51	1,41	1,32	1,24	1,17	1,11	1,06	
	70%	24,64	12,32	8,21	6,16	4,93	4,11	3,52	3,08	2,74	2,46	2,24	2,05	1,90	1,76	1,64	1,54	1,45	1,37	1,30	1,23	
	80%	28,16	14,08	9,39	7,04	5,63	4,69	4,02	3,52	3,13	2,82	2,56	2,35	2,17	2,01	1,88	1,76	1,66	1,56	1,48	1,41	
	90%	31,68	15,84	10,56	7,92	6,34	5,28	4,53	3,96	3,52	3,17	2,88	2,64	2,44	2,26	2,11	1,98	1,86	1,76	1,67	1,58	
	100%	35,20	17,60	11,73	8,80	7,04	5,87	5,03	4,40	3,91	3,52	3,20	2,93	2,71	2,51	2,35	2,20	2,07	1,96	1,85	1,76	
	110%	38,72	19,36	12,91	9,68	7,74	6,45	5,53	4,84	4,30	3,87	3,52	3,23	2,98	2,77	2,58	2,42	2,28	2,15	2,04	1,94	
	120%	42,24	21,12	14,08	10,56	8,45	7,04	6,03	5,28	4,69	4,22	3,84	3,52	3,25	3,02	2,82	2,64	2,48	2,35	2,22	2,11	
	130%	45,76	22,88	15,25	11,44	9,15	7,63	6,54	5,72	5,08	4,58	4,16	3,81	3,52	3,27	3,05	2,86	2,69	2,54	2,41	2,29	
	140%	49,28	24,64	16,43	12,32	9,86	8,21	7,04	6,16	5,48	4,93	4,48	4,11	3,79	3,52	3,29	3,08	2,90	2,74	2,59	2,46	
	150%	52,80	26,40	17,60	13,20	10,56	8,80	7,54	6,60	5,87	5,28	4,80	4,40	4,06	3,77	3,52	3,30	3,11	2,93	2,78	2,64	
	160%	56,32	28,16	18,77	14,08	11,26	9,39	8,05	7,04	6,26	5,63	5,12	4,69	4,33	4,02	3,75	3,52	3,31	3,13	2,96	2,82	
	170%	59,84	29,92	19,95	14,96	11,97	9,97	8,55	7,48	6,65	5,98	5,44	4,99	4,60	4,27	3,99	3,74	3,52	3,32	3,15	2,99	
	180%	63,35	31,68	21,12	15,84	12,67	10,56	9,05	7,92	7,04	6,34	5,76	5,28	4,87	4,53	4,22	3,96	3,73	3,52	3,33	3,17	
	190%	66,87	33,44	22,29	16,72	13,37	11,15	9,55	8,36	7,43	6,69	6,08	5,57	5,14	4,78	4,46	4,18	3,93	3,72	3,52	3,34	
	200%	70,39	35,20	23,46	17,60	14,08	11,73	10,06	8,80	7,82	7,04	6,40	5,87	5,41	5,03	4,69	4,40	4,14	3,91	3,70	3,52	

Fluxo de desembolso relacionado a demandas judiciais com base nas melhores estimativas atuais;

VIA S.A.

Publicly-held Company

Corporate Taxpayer's ID (CNPJ/ME) 33.041.260/0652-90

Company Registry (NIRE) 35.300.394.925

MATERIAL FACT

I. Update on the Provision for Labor Claims

II. Recognition of New Tax Credits

III. Tax Credits Monetization

São Paulo, November 10, 2021. **VIA S.A.** ("Company") (B3: VIIA3), in compliance with provisions of Article 157, Paragraph 4, Law No. 6.404 of December 15, 1976, and Resolution issued by the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM") No. 44 of August 23, 2021, informs its shareholders and the market, in general, the following:

[The information contained in this Material Fact is detailed in the presentation attached hereto (Exhibit I) and in the explanatory video that can be accessed with the QR Code below]

CHAPTER I

Update on the Provision for Labor Claims

1.1. The Company continuously monitors the adjustment of its provision for labor claims to payments made. In 2021, analyzing the evolution of the procedural stage of its legacy labor claims portfolio and new lawsuits, the Company identified material events that significantly impacted the Company's best estimate concerning the risk of its labor litigations that resulted in a relevant increase in the levels of lawsuit disbursements, among them:

- (i) A significant surge of 32% in the average ticket for awards in 2021 compared to the same period of the past two years (2020 and 2019), primarily due to greater amount of awards relating to structural changes the Company has been executing since 2011;
- (ii) An increase of 82% in volume of new labor claims filed in the first half of 2021, compared to the same period of last year. We also saw a greater volume of judicialization in relation to the natural turnover at the Company and a high-speed curve of lawsuit filing that now indicates an average term of nine (9) months after the end of the employment relationship, compared to an average of twenty-two (22) months previously. This trend directly results in a non-reduction of lawsuit inventory levels for the first time, over the past five (5) years, considering that the average of lawsuits concluded in the period has been maintained.

1.2. Concerning the scenario (ii) mentioned above, this primarily derives from the performance of ambulance chaser lawyers specialized in capturing labor claims. Such lawyers persuade active and former employees to claim money from the Company, promising gains, even making payment in advance of the lawsuit file. In addition, a more challenging macro scenario, that is somewhat associated with the COVID-19 pandemic, tends to directly influence employees' decision of filing new claims.

1.3. For this reason, supported by its specialized advisors, the Company's management decided to revisit its current provision for labor claims policy, according to Note (No. 17) to the Company's interim financial statements for the period ended September 30, 2021, announced to the market on this date.

1.4. Previously, the provision for labor claims with similar pleadings was calculated based on the methodology that considered the effective historical losses applied to all active proceedings by job position ("average ticket"), as well as the individual risk evaluation for certain lawsuits with particular characteristics. As of September 2021, this methodology was enhanced for lawsuits with similar pleadings (i) including new variables

to calculate the “prejudgment” and “appeal” phases and, (ii) estimating the risk of an “execution” phase based on individual evaluation.

1.5. As a result, the Company has opted to update the amount of labor related provisions by R\$1.2 bi. The impact on the third quarter’s results, less reimbursable amounts, net of income tax (IR), and social contribution on net income (CSLL) totals R\$810 million.

1.6. Besides restating the provision, the Company kicked off an action plan, jointly built with a specialized advisory firm, including pillars, such as operational, systemic, and legal improvements detailed in the presentation attached hereto (Exhibit I).

CHAPTER II

Recognition of New Tax Credits

2.1. On September 24, 2021, the Federal Supreme Court (STF), in trial on the merits of the Extraordinary Appeal No. 1.063.187, determined the thesis of Theme No. 962 to deem “... *unconstitutional the levy of corporate income tax (IRPJ) and social contribution on net income (CSLL) over amounts regarding the Selic interest rate received due to recurrence of undue tax payment*”. According to this decision, the Selic interest rate is a mere indemnification for the payment in arrears of debt and does not represent an equity addition, which is the taxable event for Income and Social Contribution taxation.

2.2. Based on the aforementioned decision, the Company recognized tax credits totaling R\$254 million in 3Q21 results, as per Note No. 16 A (ii) to the interim financial statements released on this date (3Q21 ITR).

CHAPTER III

Tax Credits Monetization, Cash Impacts and P&L

3.1. Besides new tax credits, the Company has tax credits in the amount of R\$9.5 billion, duly reported in its financial information released to the market. The Company has been successfully monetizing these credits and expects to continue doing so going forward, under Notes No. 8B and 16 to our financial statements.

3.2. In addition, a relevant percentage of the Company's labor claims portfolio refers to indemnification assets, i.e., subject to indemnification due to contractual commitments assumed by former shareholders, with guarantees that sustain the future reimbursement of amounts.

3.3. In this regard, the management assesses that, notwithstanding the restatement of provision for labor claims, we do not expect a material effect on the cash flows deriving from this effect, as we are confident on our solid strategy of monetizing the PIS/COFINS (gross revenue federal taxes) and ICMS (value-added tax) tax credits, as well as reimbursement of amounts deriving from indemnity assets.

3.4. Thus, considering Company's best estimates, the estimated impacts on Results are R\$ 0.1- R\$ 0.2 billion in the 4th quarter of 2021, R\$ 0.9 - R\$ 1.0 billion in 2022, R\$ 0.5 – R\$ 0.6 billion in 2023 reaching market levels by the end of this year.

3.5. Only to clarify, the Company foresees for 2022 that each R\$1.00 disbursed with labor claims to be offset at the same ratio (R\$1.00) through tax credits monetization in the period. This estimate, observing current assumptions, indicate that by implementing an appropriate action plan and other measures the Company has been adopting, as well as given conclusion of former lawsuits, the ratio expected for following years is R\$3.50 monetized for each R\$1.00 spent with labor claims.

3.6 Considering the projected cash outflow balances to cover labor payments, on the one hand, and the tax credit monetization balances, on the other hand, until the end of

fiscal year 2026, we estimate that the Net Present Value ("NPV") of such flows, for the Company is R\$ 3.6 billion, this being the midpoint of a range assuming 10% of variations in both projections, the higher or the lower, that is, between R\$ 2.5 billion to R \$4.9 billion.

Estimates wich impact on results and tax credits use are based, among others, on the following assumptions:

- a. The. monetary realization of tax credits of R\$ 9.5 billion, in accordance with the Company's monetization plan (Notes No. 8B and 16).
- b. WACC of 10,77% (base: October 2021).

CONCLUSION

The Company's management points out that the event mentioned above neither adversely nor materially impacts its financial and operational condition nor its capacity of meeting current or future financial commitments.

In line with its commitment to absolute transparency with the market, the Company prepared a detailed material (Exhibit I), and an explanatory video that can be accessed through the QR code below to facilitate the understanding of facts that occurred and the strategy outlined by the Company, without prejudice of providing other information deemed necessary in the future.

The information contained in this Material Fact is detailed in the presentation attached hereto (Exhibit I) and in the explanatory video that can be accessed with the QR Code below



The estimates of impact on cash flows deriving from the disbursement of amounts in labor claims take into account information held by the Company on this date, as well as the pace of utilization and monetization of tax credits, valid until effective materialization or new analyses and/or reviews by the Company's management and/or board of directors identifying different amounts for the projections submitted due to alterations in the assumptions adopted, noting that, the review shall be conducted, at least, yearly. The Company also informs that the indicators reported herein represent estimates of the Company's management, always subject to risks and uncertainties, and under no circumstance, they represent a promise of future performance. In the event of material alteration of these factors, indicators will be reviewed. Indicators information is based on the management's current expectations in relation to the Company's future. These expectations rely on the market conditions and the economic scenario of Brazil and the countries and sectors in which we operate. Any change in the perception or factors mentioned above can make actual results differ from projections reported. In light of the aforementioned, section 11 of the Company's Reference Form shall be restated within the term set forth by CVM Instruction No. 480 so that the restated document will be available for investor's access both via the CVM website (<http://www.cvm.gov.br>) and the Company's IR website (<https://ri.via.com.br/>). This Material Fact is merely informative, and under no circumstance, shall be neither construed as a recommendation of investment, nor as an offer to acquire any securities issued by the Company.

São Paulo, November 10, 2021.

VIA S.A.

Orivaldo Padilha

Chief Financial and Investor Relations Officer

MATERIAL FACT

November 10, 2021

Para você,
onde, quando
e como quiser.



Update on the provision for **Legal Claims**

Para você,
onde, quando
e como quiser.



I. Contextualization

II. Diagnosis

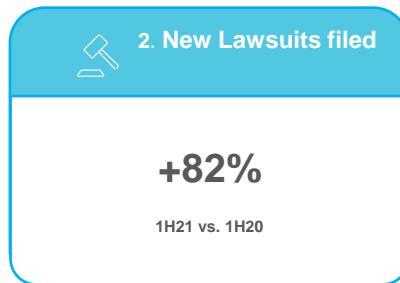
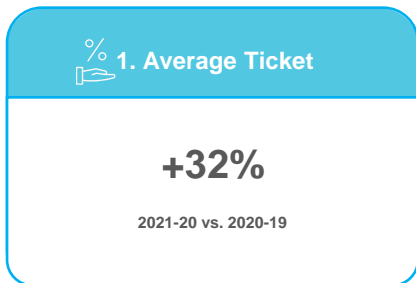
III. Action Plan and Outlook

IV. Sensitivity Analysis – Heatmap

Contextualization

The Company identified two relevant events impacting its best estimates as to labor litigation risk management:

- (1) Increase in the average ticket and*
- (2) accelerated pace of new lawsuits filed.*

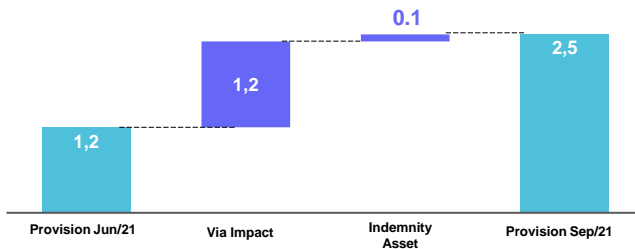


Labor Liability | Vision of financial impact



Provision recorded in 3Q21

Consolidated (R\$ billion)



1

Filings

- Higher speed of lawsuit filing in 2021 compared to 2019-20 (from 22 months to 9 months);
- Heightened activity of labor claims ambulance chasers lawyers: 50% of new lawsuit filed in 2021/ + 5,000 proceedings.

2

Higher average ticket

- Change in the profile of awards: more expensive, long-standing lawsuits, also related to senior positions .
- Legacy effect of structural dismissals: long-standing + more expensive.

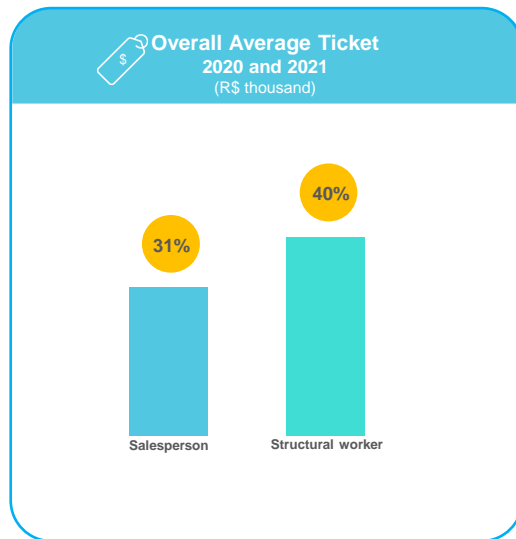
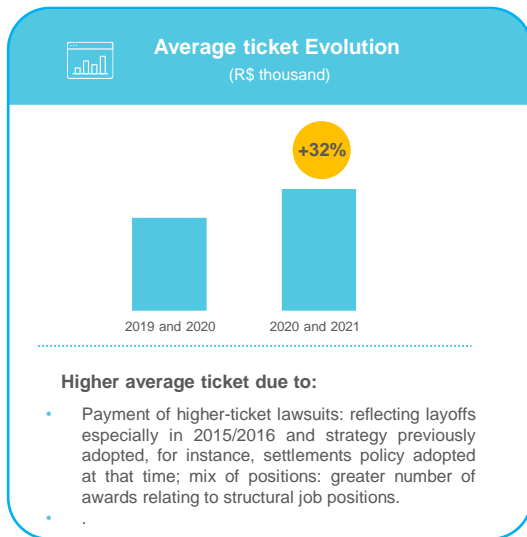
3

Adjustments to the provisioning model

- To reflect the change in portfolio profile and capture average ticket variations, we improved the provisioning model, including new variables in modeling, such as by state, length of service, term (lawsuit aging), etc.

Awards profile has changed

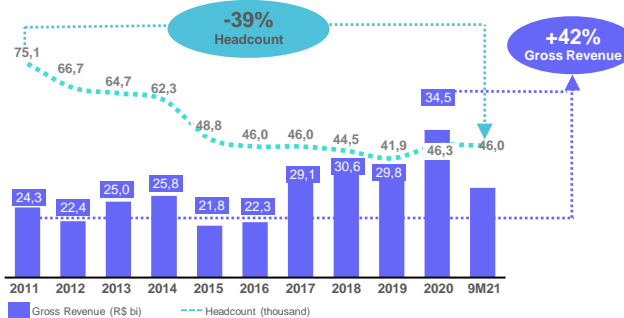
In 2021, we saw a gap between payment (cash effect) and provision (P&L).



New Lawsuit filings | Historical context

Since 2011, Via has been adopting actions to improve its profitability, including a 39% personnel cut. During the same period, we reported a 42% increase in our gross revenues. These dismissals strongly impacted the filing of labor claims, especially in 2016 and 2017.

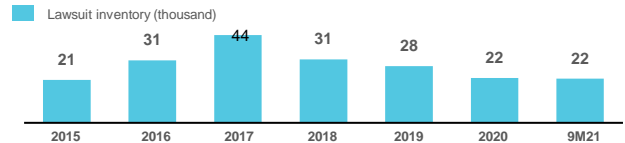
Comparison of gross revenue and headcount evolution



- Structural dismissals: ~45,000
- Natural turnover for the period: ~145,000
- Total withdrawals including turnover = 190,000

Labor claims inventory performance 2015-9M21*

First time that inventory did not decrease in five years



- During first five years of Via (2010-15), the procedural strategy had as basic rule to manage the liability of each proceeding among former partners, resulting in a less efficient procedural management, lengthening lifetime and cost of lawsuits.
- To clarify, the average period of lawsuit prosecution spans from three to four years. However, the Company's inventory still records lawsuits with an average period between five and six years, a result of structural dismissals with higher costs (older and more expensive lawsuits at courts);
- Although part of these lawsuits have been concluded, the Company still has former lawsuits pending at Higher Courts, with 32% higher costs compared to 2019 and 2020.
- **Other factors in 2021:**
 - Higher speed curve of lawsuit filing in 2021;
 - Greater participation of ambulance chaser lawyers (50% of filings)
 - External events: the Covid-19 pandemic and economic scenario

* 2021 ytd: January to September. * The Company does not have inventory information prior to 2014, as the Company was under another controlling shareholder

Diagnosis and Action Plan

A specialized advisory firm conducted a full diagnosis and draw up an action plan underway.

DATA & VOLUMETRIES

Through analyses made on legal bases it was possible to identify:

1. key operational, historical offenders; and
2. legal management deficiencies.

PRELIMINARY UNDERSTANDING + VISITS

Sampling reading of complaints and *in loco* visits allowed to identify and understand in detail potential weaknesses/ current operational gaps.

ACTION PLAN DESIGN

Work fronts were prioritized which were responsible for building and implementing solutions:

1. Eliminate current operational weaknesses/ gaps;
2. Improve legal management;
3. Define a new accounting policy for a better risk estimate.


Concluded in
4 months

- ✓ **Structure was improved** and how the Company conducts processes
- ✓ **A committee was set up** to monitor labor claims vs. action plan, with weekly performance. Participation of CEO, CFO, COO and CHRO + legal officer at the committee.
- ✓ **Corporate Governance** is reinforced

Action Plan



Action Plan

1. Eliminate current operational weaknesses/gaps;

- All of these are already mapped;
- All issues addressed by 4Q21;

2. Improve the legal claims management:

- Reinforcement of structure and legal team;
- Increase defense capacity (specialization of defense teams; elaboration of more efficient thesis; hiring of other external law firms; increase defense capacity and actions against ambulance chasers (specialized review process); etc.
- New technologies;
- Enhancement of settlement strategy (when advantageous);

3. Define new accounting policy for better risk assessment;

New accounting policy for better risk estimate

New provisioning model | hybrid modeling

Another important measure to improve labor liability management going forward was to enhance the provisioning model, adding more variables to reflect the change in portfolio profile and capture variations in awards average ticket.



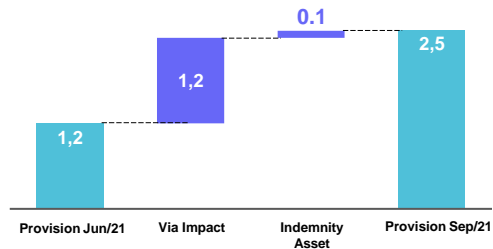
New Model Assumptions

- As of September 2021, the provisioning methodology was enhanced due to a diagnosis conducted by a specialized advisory firm.
- Operational, systemic and legal improvements were identified that substantiated a detailed action plan underway.



Impact of New Model

(R\$ bi)



Cash and Results Impact Projection*



Outlook

1. A large share of these lawsuits had already been liquidated, but we still have a past to be resolved. There are many cases in Superior Courts, which cost 32% more than in 2019 and 2020.
2. Below we provide our estimated cash impact and earnings range for 4Q21 and the next few years

R\$ Billion	4Q21	2022	2023	2024...
Cash	0.3 – 0.4	1.5 – 2.0	0.6 – 0.7	0.3 – 0.4
Results	0.1 – 0.2	0.9 – 1.0	0.5 – 0.6	0.3 – 0.4

*These projections must be analyzed together with the Material Fact disclosed on this date

Update on Income Tax and Social Contribution Credit over Selic

Para você,
onde, quando
e como quiser.



Income Tax and Social Contribution Credit over Selic

Based on recent decision rendered by the Superior Court of Justice (STJ), and Ibracon's (Brazilian Institute of Independent Auditors) accounting guidance, the Company recognized income tax and social contribution credits in the net amount of R\$254 million, according to Note No. 16 A (ii) to its interim financial statements released on November 10, 2021 (3Q21 ITR).

Update on **Tax credits monetization**

Para você,
onde, quando
e como quiser.



Tax credits and monetization:

Tax Credits

- The Company has tax credits currently totaling R\$9.5 billion [Notes Nos. 8 and 16a]. These are credits accumulated by Via's usual operations over the past 10 years. The Company also has amounts related to various lawsuits with favorable court decisions.
- Most of these amounts refers to Via's past.

Tax Credits Monetization

- There is a huge complexity when managing significant amounts. The legal right over credits is not sufficient. Several bureaucratic tax requirements shall be observed to make possible monetization (cash). This is a systematic work to make amounts available within the shortest period as possible.
- Via built an internal intelligence to make feasible the monetization of all these credits:
 - ✓ Key assumption is a continuous growth of revenue and profitability;
 - ✓ One of the key actions is related to logistics-tax intelligence in the distribution of products;
 - ✓ Other actions aim at generating flows of legal compensation;
- The tax credit monetization plan is periodically monitored by the Company and reviewed by its auditors;



Credits

Schedule of tax credits monetization

R\$ Million

Periods	ICMS	PIS AND COFINS	IRPJ AND CSLL	Others (Prev)	Deferred Income Tax	Losses Supervisor Not Recognized	Total
3M 2021	107	126	8	32	149	-	422
2022	482	729	41	107	472	-	1.831
2023	639	896	41	34	313	-	1.923
2024	810	361	40	15	343	-	1.569
2025	846	17	107	-	355	459	1.784
2026	649	-	-	-	1,249	-	1.898
2027	104	-	-	-	-	-	104
Total	3,637	2,129	237	188	2,881	459	9,531

Tax Credits Monetization neutralizes the cash impact with payment of labor claims...

- Over the past quarters, the amounts disbursed with labor claims correspond to the monetized tax credits, at a ratio of 1:1;
- For 2022, we understand that this ratio will be stable;
- As of 2023, this ratio should be more favorable at approximately 1:3.5, meaning for each R\$ 1 spent with labor claims there should be offset with R\$ 3.50 monetized from tax credits.

Tax Credits Monetization neutralizes cash impact

The heatmap below shows tax credits monetization estimated for the next five years vs. disbursements relating to legal claims during the same period.

		Labor Expenses																				
		0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%	110%	120%	130%	140%	150%	160%	170%	180%	190%	200%
Monetization	0%																					
	10%	3,52	1,76	1,17	0,88	0,70	0,59	0,50	0,44	0,39	0,35	0,32	0,29	0,27	0,25	0,23	0,22	0,21	0,20	0,19	0,18	
	20%	7,04	3,52	2,35	1,76	1,41	1,17	1,01	0,88	0,78	0,70	0,64	0,59	0,54	0,50	0,47	0,44	0,41	0,39	0,37	0,35	
	30%	10,56	5,28	3,52	2,64	2,11	1,76	1,51	1,32	1,17	1,06	0,96	0,88	0,81	0,75	0,70	0,66	0,62	0,59	0,56	0,53	
	40%	14,08	7,04	4,69	3,52	2,82	2,35	2,01	1,76	1,56	1,41	1,28	1,17	1,08	1,01	0,94	0,88	0,83	0,78	0,74	0,70	
	50%	17,60	8,80	5,87	4,40	3,52	2,93	2,51	2,20	1,96	1,76	1,60	1,47	1,35	1,26	1,17	1,10	1,04	0,98	0,93	0,88	
	60%	21,12	10,56	7,04	5,28	4,22	3,52	3,02	2,64	2,35	2,11	1,92	1,76	1,62	1,51	1,41	1,32	1,24	1,17	1,11	1,06	
	70%	24,64	12,32	8,21	6,16	4,93	4,11	3,52	3,08	2,74	2,46	2,24	2,05	1,90	1,76	1,64	1,54	1,45	1,37	1,30	1,23	
	80%	28,16	14,08	9,39	7,04	5,63	4,69	4,02	3,52	3,13	2,82	2,56	2,35	2,17	2,01	1,88	1,76	1,66	1,56	1,48	1,41	
	90%	31,68	15,84	10,56	7,92	6,34	5,28	4,53	3,96	3,52	3,17	2,88	2,64	2,44	2,26	2,11	1,98	1,86	1,76	1,67	1,58	
	100%	35,20	17,60	11,73	8,80	7,04	5,87	5,03	4,40	3,91	3,52	3,20	2,93	2,71	2,51	2,35	2,20	2,07	1,96	1,85	1,76	
	110%	38,72	19,36	12,91	9,68	7,74	6,45	5,53	4,84	4,30	3,87	3,52	3,23	2,98	2,77	2,58	2,42	2,28	2,15	2,04	1,94	
	120%	42,24	21,12	14,08	10,56	8,45	7,04	6,03	5,28	4,69	4,22	3,84	3,52	3,25	3,02	2,82	2,64	2,48	2,35	2,22	2,11	
	130%	45,76	22,88	15,25	11,44	9,15	7,63	6,54	5,72	5,08	4,58	4,16	3,81	3,52	3,27	3,05	2,86	2,69	2,54	2,41	2,29	
	140%	49,28	24,64	16,43	12,32	9,86	8,21	7,04	6,16	5,48	4,93	4,48	4,11	3,79	3,52	3,29	3,08	2,90	2,74	2,59	2,46	
	150%	52,80	26,40	17,60	13,20	10,56	8,80	7,54	6,60	5,87	5,28	4,80	4,40	4,06	3,77	3,52	3,30	3,11	2,93	2,78	2,64	
	160%	56,32	28,16	18,77	14,08	11,26	9,39	8,05	7,04	6,26	5,63	5,12	4,69	4,33	4,02	3,75	3,52	3,31	3,13	2,96	2,82	
	170%	59,84	29,92	19,95	14,96	11,97	9,97	8,55	7,48	6,65	5,98	5,44	4,99	4,60	4,27	3,99	3,74	3,52	3,32	3,15	2,99	
	180%	63,35	31,68	21,12	15,84	12,67	10,56	9,05	7,92	7,04	6,34	5,76	5,28	4,87	4,53	4,22	3,96	3,73	3,52	3,33	3,17	
	190%	66,87	33,44	22,29	16,72	13,37	11,15	9,55	8,36	7,43	6,69	6,08	5,57	5,14	4,78	4,46	4,18	3,93	3,72	3,52	3,34	
200%	70,39	35,20	23,46	17,60	14,08	11,73	10,06	8,80	7,82	7,04	6,40	5,87	5,41	5,03	4,69	4,40	4,14	3,91	3,70	3,52		

Flow of disbursements relating to legal claims based on the best current estimates;